

A MEDICINA NA GUERRA DO PARAGUAI (I). (Mato-Grosso).

LUIZ DE CASTRO SOUZA

Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Membro titular do Instituto Brasileiro de História da Medicina.

INTRODUÇÃO.

O motivo que nos levou a fixar a província de Mato Grosso para estudo da Guerra do Paraguai, teve como causa principal o grande tributo de sofrimento e dor apresentado por aquêles irmãos brasileiros, que viram o seu território invadido e extensa parte ocupada pelo inimigo, no período beligerante, como nenhuma província do Império do Brasil.

O Rio Grande do Sul também sentiu a invasão paraguaia, mas por tempo mínimo e para lá acudiu, e confortou, a presença do Imperador D. Pedro II e seu séquito, apoiada pelo poderio de nossas fôrças.

Mato Grosso ficou à revelia da própria sorte — pela impossibilidade de socorros imediatos —, para escrever lances memoráveis de heroísmo, resignação e de fé, como oferenda generosa de uma gente simples ao torrão natal.

Outra idéia que orientou as nossas pesquisas foi o esquecimento dado à *Fôrça Expedicionária de Mato Grosso*, organizada no Rio de Janeiro (Côrte), cuja constituição mereceu relevante sentido não só de socôrro à distante província, mas de reafirmação da fraternidade brasileira. Era a própria nacionalidade presente naquela diminuta organização militar, composta de amazonenses, cariocas, paulistas, paranaenses, goianos, mineiros.

A *Retirada da Laguna* foi o lance final e glorioso, porém, a marcha da *Coluna* até atingir aquêlo ponto, não foi menos digna de louvores ou menos simbólica para seus integrantes, pelos sofrimentos e privações, martírio dos mais dolorosos e epopéia dos mais denodados.

Mas, nossa velha indagação era como se formara a *Expedição* e seu itinerário, pois, em inúmeros trabalhos, quando é mencionada,

além de serem escassos de informação e documentação, quase tudo sai truncado, principalmente quanto aos oficiais do Serviço de Saúde incorporados às fôrças; médicos militares que vieram com as guarnições mineiras e goianas são comumente relacionados na formação da fôrça expedicionária em São Paulo.

O nosso objetivo maior se concentrou, como não poderia deixar de ser, pela diretriz dada ao trabalho, na composição do Serviço de Saúde. Procuramos situar os médicos militares em tôdas as ações desenroladas em Mato Grosso, uma vez que foram totalmente esquecidos pelos historiadores, apesar de terem prestado contribuição valiosa. E' a própria História da Medicina Militar, na Guerra do Paraguai, que há muito se espera e reclama. A prova marcante da atuação dos oficiais médicos é o percentual altíssimo de mártires do Serviço de Saúde, sacrificados na província de Mato Grosso. Nossa contribuição representa, pois, reparação e justiça.

Outro pormenor importante salientado nesse ensaio é quanto ao número elevado dos componentes do Serviço de Saúde da *Fôrça Expedicionária de Mato Grosso* e a escolha do seu chefe — um dos mais capazes do Quadro de Saúde do Exército. Isso vem demonstrar o carinho e interêsse do govêrno imperial pela assistência médica aos nossos soldados e sua intenção em reunir poderoso contingente em defesa de Mato Grosso, como fôra previsto no Plano de Campanha elaborado pelo Marechal Marquês de Caxias e não o reduzido efetivo que ali chegou.

Como preito de justiça e homenagem, devemos ressaltar as inúmeras publicações do grande patricio Visconde de Taunay, com cujos manuseios nos foi possível completar a nossa tarefa, até mesmo nos assuntos de aspecto médico e trazer até às gerações presentes, através de seus escritos, a odissêia vivida pelos nossos irmãos brasileiros em defesa da província de Mato Grosso.

*

* *

I

O SERVIÇO DE SAÚDE DAS FÔRÇAS IMPERIAIS — 1864 — NA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO.

A Província de Mato Grosso, no ano de 1864, constituía-se numa imensa área territorial para uma população de 75 mil habitantes e extensa fronteira de quatrocentas léguas. Sua guarnição, conforme quadro demonstrativo do Barão do Rio Branco, ilustrando a obra de Schneider, contava com um efetivo de 875 homens, disseminados pe-

los seus Distritos Militares de Cuiabá, Vila Maria, Cidade de Mato Grosso, Baixo Paraguai e Vila Miranda. Estas zonas eram longínquas e de difícil intercomunicação.

Para prestar assistência médica às fôrças, existiam em funcionamento, o Hospital Militar de Cuiabá e as Enfermarias instaladas em Poconé, Vila Maria, Cidade de Mato Grosso, Nioaque, Vila Miranda, Forte de Coimbra, Corumbá, Povoação de Albuquerque e em algumas fazendas importantes. Havia, também, a Enfermaria da Armada, que atendia aos militares do Corpo de Imperiais Marinheiros e operários do Arsenal de Marinha da província.

Ocupava o cargo de Delegado do Cirurgião-Mor do Exército, na província de Mato Grosso, desde 1852, o Tenente-Coronel Cirurgião-Mor de Divisão, Dr. José Antônio Murtinho, a quem competia a direção, inspecção e fiscalização de todo o serviço militar de saúde nos hospitais e enfermarias de corpos e estabelecimentos militares, conforme determinava o Regulamento do Corpo de Saúde, baixado pelo Decreto nº 1900, de 7-3-1857. Era o Dr. Murtinho natural da então Vila de Valença, província da Bahia, nascido a 2-9-1814, e filho de Manuel José Murtinho. "Cirurgião aprovado", em 1837, e doutor em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, após defender tese, a 20 de dezembro de 1838, sob o título: *A Hipocondria*. — Tip. Imparcial de Francisco de Paula Brito, Rio de Janeiro, 1839.

Diz o historiador Virgílio Corrêa Filho que, pelo decreto de 1º de outubro de 1839, o Dr. Murtinho fôra nomeado cirurgião-mor de um dos corpos de linha, com o pôsto de Tenente e diretor dos Hospitais Regimentais da província de Mato Grosso (1). Capitão Cirurgião-Mor de 2-12-1842. Major Cirurgião-Mor de Brigada de 29-7-1852 e atinge a graduação de Tenente-Coronel Cirurgião-Mor de Divisão, em 14-4-1855. Permaneceu o Dr. Murtinho, durante todo êsse período, na província de Mato Grosso, ondê constituiu respeitável família, cujos descendentes se projetaram no cenário nacional, pelos serviços prestados à coletividade. Pertencia êste médico militar ao partido conservador e mais tarde, nomeado vice-presidente, assumiu o exercício da presidência da província, em 19-9-1868.

O diretor do Hospital Militar de Cuiabá, em 1864, era o Major reformado Nuno Anastácio Monteiro de Mendonça — oficial combatente. Essa prática regulamentar de ser escolhido um leigo para dirigir os estabelecimentos hospitalares, no Exército, perdurou até o fim do Império, e na Campanha do Paraguai não foram pequenos os transtornos causados por essa medida,

(1). — CORRÊA, V., Filho — *Bahianos em Mato Grosso*. In "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", vol. 200, Julho-Setembro, Rio de Janeiro, 1950, 72-93.



Tenente-Coronel Cirurgião-Mor de Divisão, Dr. JOSÉ ANTÔNIO MURTINHO
(1814-1888)
Tela a óleo pintada por J. Penutti, em 1865, propriedade do Museu Ferreira da
Cunha — Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro. (Gentileza do Prof. F. Marques
dos Santos).

“prejudicial ao bem-estar dos doentes e ao serviço em geral”,

como muito bem salienta o antigo Comandante-em-Chefe do Exército Brasileiro, Marechal Conde d'Eu (2).

O quadro médico do Hospital Militar de Cuiabá, em 1864, estava dividido pelas seções médica e cirúrgica e assim constituído: primeiro-médico, primeiro cirurgião e dois cirurgiões-de-dia. No fim desse ano, encontravam-se vagos os dois lugares de cirurgião-de-dia, por falta do médico militar e pela designação de um cirurgião do Hospital, para acompanhar as forças no deslocamento para o Baixo Paraguai. A Farmácia funcionava com um Alferes farmacêutico e seu praticante.

A seção médica se encontrava sob a chefia do Capitão 1º Cirurgião, Dr. Francisco Antônio de Azeredo, na qualidade de primeiro-médico do Hospital, segundo o seu diretor (3). Este médico militar era natural da cidade de Goiás, capital da província de Goiás, nascido no dia 7 de setembro de 1815 e filho de Antônio Ferreira de Azeredo e de D. Luiza Francisca Monteiro. Doutor em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, tendo defendido tese, a 10-12-1844, intitulada: *Algumas considerações gerais acerca da importância e higiene dos hospitais civis*. Rio de Janeiro, Tip. Diário de N. L. Vianna, 1844. Assentou praça, como Alferes Cirurgião-Ajudante, em 1-10-1845, sendo promovido a Tenente 1º Cirurgião, a 3-3-1852. Capitão 1º Cirurgião de 2-12-1854. O Dr. Francisco Antônio de Azeredo permaneceu em Mato Grosso durante o período da Campanha do Paraguai como devotado médico e autêntico sanitarista. Ocupou o cargo de Delegado do Cirurgião-Mor do Exército, na província, por ocasião da reforma do seu colega, Dr. Murtinho, em 1867. Foi promovido, por antiguidade, ao posto de Major Cirurgião-Mor de Brigada, aos 22 de janeiro de 1866.

O Tenente 2º Cirurgião, Dr. José Augusto Barbosa de Oliveira, exercia a função de primeiro-cirurgião do Hospital Militar, quando veio a falecer em 21 de janeiro de 1864. Era natural da Bahia, sendo seus pais Rodrigo Antônio Barbosa de Oliveira e D. Maria Luiza de Oliveira, naturais, também, da Bahia. O Dr. Barbosa de Oliveira era farmacêutico e doutor em medicina pela Faculdade de sua província natal, após defender tese, em 1856, sob o título: *Dos diversos*

(2). — CASTRO SOUZA, L. de — *O Marechal Conde d'Eu e o Serviço de Saúde do Exército Brasileiro*, In “Anais do 2º Congresso Brasileiro de Medicina Militar”, vol. II, pp. 421-425 e “Revista de Química e Farmácia”, nº 11, Nov. 1959, 23-26.

(3). — *Relatório do Hospital Militar de Cuiabá em 1864*, encaminhado pelo seu diretor ao presidente da província de Mato Grosso, General Alexandre Manoel Albino de Carvalho, em 15 de dezembro de 1864. *Arquivo Nacional*, Cód. 547, Guerra do Paraguai, vol. 1, pp. 116-118.

meios terapêuticos qual o preferível e que tenha menor cifra de mortalidade na cólera-morbo? Bahia, Tip. de Antônio Olavo da França Guerra, Rua do Tira-Chapéu, casa n. 3, 1856. Dedica a tese a várias pessoas, entre as quais, ao irmão médico Dr. João José Barbosa de Oliveira — pai de Rui Barbosa — e ao primo Albino José Barbosa de Oliveira, então Desembargador da Relação do Rio de Janeiro. No ano seguinte, aos 9 de dezembro, assentou praça no pôsto de Tenente 2º Cirurgião.

Para substituir o médico acima citado, como responsável pela seção cirúrgica do Hospital Militar, foi designado o Tenente 2º Cirurgião, Dr. Francisco Homem de Carvalho, que exerceu a função até o dia 1 de maio de 1864, quando seguiu transferido para a Côrte (Rio de Janeiro). Era diplomado pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1858, defendendo tese, intitulada: "*Ação fisiológica e terapêutica do ópio*". Assentou praça em 5-10-1861, no pôsto de Tenente 2º Cirurgião.

Para exercer o cargo de 1º cirurgião do Hospital Militar, fôra designado o Capitão 1º Cirurgião, Dr. Antônio Antunes da Luz, removido da guarnição da província do Rio Grande do Sul, que, envolvido pelas circunstâncias, não chegou a assumir o pôsto, como será narrado no capítulo seguinte.

Após as duas substituições e pela ausência do oficial médico efetivo do cargo, assumiu a função de primeiro-cirurgião, o Tenente 2º Cirurgião reformado, Dr. João Adolfo Josetti, que permaneceu no cargo até 22 de julho de 1864. Este médico era natural do reino da Prússia e brasileiro naturalizado, tendo chegado ao Rio de Janeiro em 1835, seguindo logo após para a província de Mato Grosso, onde constituiu família, casando-se com D. Benedita Viegas de Mesquita (4). Não sabemos em que Faculdade se formou, na Europa, nem onde prestou exame de "suficiência" para legalizar o exercício de sua atividade profissional, no Brasil. O Dr. João Josetti estava reformado do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro, pelo decreto de 28-6-1861 e a Secretaria do Ministério da Guerra mandava

"que se abone, unicamente, enquanto estiver em serviço, as vantagens de 2º Cirurgião do Corpo de Saúde e o soldo por inteiro correspondente a esta patente".

Era portador, também, das honras de Capitão Cirurgião-Mor do Comando Superior da Guarda Nacional. O Dr. Josetti teve atua-

(4). — MENDONÇA, E. de — *Datas Mato-grossenses*. Niterói, Escola Tip. Salesiana, 1919, vol. 1, p. 182. MESQUITA, J. de — *Genealogia Cuiabana*. In "Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso". Ano XXI, 1939, Tomos XLI e XLII, p. 139.

ção destacada durante a campanha e mereceu, por isso, ter o seu nome incluído na relação do presidente da província, em 1866, recomendando ao governo imperial,

“os cidadãos que mais se distinguiram por serviços prestados à causa pública”,

em solicitação ao Aviso Circular do Ministério da Guerra, de 12 de setembro do referido ano (5).

A 1 de junho de 1864, assumia o cargo de cirurgião-de-dia do Hospital Militar, o Tenente 2º Cirurgião, Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, data provável de sua chegada a Mato Grosso, desconhecida para os seus biógrafos. No mês seguinte, este médico militar vai substituir o seu colega Dr. Josetti, em 22 de julho, na função de primeiro-cirurgião, exercendo o cargo até 13 de outubro, quando fôra designado para acompanhar as forças que se dirigiam para o Baixo Paraguai.

A Farmácia do Hospital Militar, em 1864, estava sob a responsabilidade do Alferes Farmacêutico Cícínio dos Humildes Pacheco, praça em 5-1-1861 e antigo aluno pensionista do Hospital Militar da Côrte. No dia 11 de maio, este farmacêutico, por ter sido transferido para servir no Rio de Janeiro, entrega a botica do Hospital ao Porteiro José Gomes da Silva Marques, “por ter tido longa prática de farmácia”, conforme informação do diretor do Hospital no relatório já citado. A 22 de julho de 1864, assumia a responsabilidade da Farmácia, o Alferes Farmacêutico Reginaldo José de Miranda, praça em 12-3-1864, tendo permanecido em Mato Grosso, durante tôda a campanha, prestando relevantes serviços. Casou-se, posteriormente, com uma das filhas do Dr. Josetti, de nome Maria Gertrudes.

Na Flotilha de Mato Grosso, em 1864, serviam como Segundos Cirurgiões do Corpo de Saúde da Armada Nacional e Imperial, os Drs. José Cândido de Freitas e Albuquerque e Augusto Novis.

Além dos já mencionados médicos militares, se encontravam destacados na guarnição de Mato Grosso, no ano de 1864, os seguintes oficiais do Corpo de Saúde do Exército: Capitães 1ºs Cirurgiões, Drs. Cirilo José Pereira de Albuquerque e Teófilo Clemente Jobim, Tenentes 2ºs. Cirurgiões, Drs. Benvenuto Pereira do Lago, Manuel João dos Reis e José Antônio Dourado.

Assim, o Serviço de Saúde do Exército, em Mato Grosso, no fim do ano de 1864, contava com a colaboração de oito oficiais médicos, coadjuvados por um médico militar reformado, e dispo-
Marinha de dois cirurgiões em seus serviços. Todos perman-

(5). — *Arquivo Nacional*, IQ 1 — 241, doc. 50 e 51.

provincia, firmes em seus postos de honra, dando os melhores dos seus esforços profissionais e a própria vida, na luta que fomos obrigados a enfrentar contra os invasores paraguaios.

* * *

II

O MARTIROLÓGIO DO DR. ANTÔNIO ANTUNES DA LUZ.

I

No aprisionamento do vapor *Marquês de Olinda* — navio pertencente à “Companhia Brasileira de Navegação do Alto Paraguai” — a 12 de novembro de 1864, quando navegava pacificamente em demanda de Corumba, M. T., encontrava-se entre os seus passageiros, o Capitão 1º Cirurgião do Exército Brasileiro, Doutor Antônio Antunes da Luz.

Este médico era natural da cidade do Salvador, capital da então Província da Bahia, nascido a 19 de outubro de 1818 e filho de Francisco Antônio da Luz. Em 1847, perante a Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia — primaz do Brasil —, defendia tese de doutoramento, conforme consta no *Livro de Têrmos de Exames* de 1847 a 1856, fôlhas 18 e verso, do Arquivo da referida Faculdade, cujo teor é o seguinte:

“Ata do Exame de sustentação de Tese para obter o grau de Doutor em Medicina — Aos quatro dias do mês de dezembro de mil oitocentos e quarenta e sete, compareceu o estudante do 6º ano Antônio Antunes da Luz para sustentar a sua tese a fim de obter o grau de Doutor em Medicina, pela forma que se acha no projeto de Estatutos apresentado à Assembléa Geral Legislativa adotado pela mesma Faculdade; e sendo arguido pelos doutores Manuel Maurício Rebouças, Vicente Ferreira de Magalhães, Malaquias Álvares dos Santos, Salustiano Ferreira Souto (à margem consta: “Também foi argüente o Dr. Sampaio”) sob a presidência do Dr. Jônatas Abbott e corrido o escrutínio, foi aprovado unânimemente; em consequência do que a Faculdade conferiu-lhe o grau de Doutor em Medicina com as formalidades do costume. Do que para constar, eu, Prudêncio José de Souza Brito Cotegipe, Secretário, lavrei este têrmo, que assinei com os Lentos presentes”. Seguem-se as assinaturas de: “João Francisco de Almeida, Diretor; Dr. Jônatas Abbott, Vicente Ferreira de Magalhães, Manuel Maurício Rebouças, Manuel Ladisláu Aranha Dantas, Salustiano Ferreira Souto, Antônio José Osório, Elias José Pedrosa, Malaquias Álvares dos Santos, Matias Moreira Sampaio, José Vieira de Faria Aragão Ataliba, Prudêncio José de Souza Brito Cotegipe”.

Quanto ao assunto versado na tese, não nos foi possível conhecer, apesar das pesquisas realizadas. Sabemos, entretanto, que decorrido dez anos de sua colação de grau, ocorrida em 4 de dezembro de 1847, o Doutor Antônio Antunes da Luz retirava seu diploma, isto é, a 18 de dezembro de 1857 (6).

Ingressando no Corpo de Saúde do Exército como Alferes-Aju-dante, pelo decreto de 18 de março de 1848, é designado para servir no 6º Batalhão de Fuzileiros. Atinge o posto de Tenente 1º Cirurgião, a 3 de março de 1853 e, finalmente, Capitão 1º Cirurgião em 23 de setembro de 1857.

O Doutor Antônio Antunes da Luz era veterano da Campanha contra Oribe e Rosas (1851-1852), e encontrava-se em trânsito para ocupar o cargo de Primeiro Cirurgião do Hospital Militar de Cuia-bá, quando se efetivou o traçoceiro atentado à soberania brasileira.

O Doutor Antunes da Luz foi encarcerado em terra com os demais companheiros de viagem, dando-se início à dolorosa peregrinação pelos acampamentos e prisões do Paraguai de Solano López. O tratamento dispensado foi dos mais humilhantes à pessoa humana: trabalhos forçados, vexames de toda espécie, sendo o mais visado, o velho servidor da Pátria, Coronel de Engenheiros Frederico Carneiro de Campos, pela sua alta jerarquia, então nomeado Presidente e Comandante das Armas da Província de Mato Grosso, cargos que não chegou a assumir. É um cativo cheio de horrores e de indizíveis torturas para os infelizes brasileiros que andavam, uns algemados, outros açoitados e atingidos por lanças, além de presenciarem fuzilamentos de irmãos executados sumariamente. Os alimentos escassos no início, desapareceram por completo e os prisioneiros foram obrigados a mascar pedaços de couro, durante dias; assim, a maioria sucumbia pela terrível tortura da fome. É um quadro dantesco de sofrimento e de dor.

O Dr. Antônio Antunes da Luz era casado com D. Luiza da Costa Ferreira da Luz, natural da cidade de Santos, S. P., e filha do Brigadeiro João Feliciano da Costa Ferreira. Dêste consórcio lhe nasceram dois filhos: Francisco e Horácio Antunes Ferreira da Luz. O primeiro, nascido em Pôrto Alegre, a 10 de outubro de 1851, doutor em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, em 1876, defendendo tese a 14 de dezembro, sob o título *Da nutrição*; o segundo, seguiu a carreira militar, tendo falecido no posto de alferes.

A família dêste médico militar ficou em Pôrto Alegre, enquanto o seu chefe seguiu para a província de Mato Grosso.

(6). — Livro nº 1 — Registros diversos e diplomas, de 1816 a 1874, f. 21, do Arquivo da Faculdade de Medicina da Bahia.



Capitão 1º Cirurgião, Dr. ANTÔNIO ANTUNES DA LUZ
(1818-1867)
(Gentileza do Sr. Aryano Ferreira da Luz)

O filho Francisco Antunes Ferreira da Luz, adolescente de 15 anos, em 1867, sabendo ter sido o pai capturado e levado prêso para o Paraguai, e já inspirado poeta, produz *O filho do prisioneiro*, que com mais duas outras poesias, na evocação do pai, fez incluí-las no seu livro de versos *Harmonias efêmeras*, saído a lume no ano de 1876, no Rio de Janeiro, quando cursava o sexto ano de medicina (7). Essa poesia ingênua, em que desejou expressar o sentimento que o dominava naquele transe de apreensões e incertezas, e hoje transcrevêmo-la abaixo, na íntegra, para reviver o aprêço e a saudade de um mancebo pela ausência do seu desditoso pai:

“Sou sempre o mesmo! no calor da festa,
“Súbito a testa se franzindo vai,
“E eu ouço um grito que me rouba a calma
“Do imo d'alma suspirando um — ai!

“Seu sempre o mesmo! constringido o resto
““Todo composto de doçura e fél!
“Trago nos lábios a alegria às vêzes,
“Mas sorvo as fezes de um sofrer cruel!

“Sou sempre o mesmo! dos festins nas salas,
“Desdenho as falas, que se diz então;
“E se me assento merencório e mudo,
“Respondendo a tudo por um — sim, ou não!

“Mas se eu acaso me fingi contente,
“O que dolente o coração não quis,
“Eu ouço um grito que do imo d'alma,
“Me rouba a calma, me sufoca e diz:

“Louco mancebo, que sorris, enquanto
“Que mágca e pranto teus sorrisos são,
“Guarda da sorte de teu Pai lembrança,
“Chora, criança, não te rias não!

(7). — Em 1958, foi publicada a 2a. edição de *Harmonias Efêmeras*, pela Pongetti, com dados biográficos e revisão de Ariano Ferreira da Luz, filho do autor. O Dr. Francisco Antunes Ferreira da Luz militou na política, tendo sido eleito, no Império, vereador à Câmara de Pádua e na República, deputado estadual e federal pelo Estado do Rio de Janeiro. Colaborou na *Revista do Partenon Literário* e *Murmúrio do Guatiba* de Porto Alegre e deixou inédito, *Ecos do Rig-Veda*, tradução dos famosos hinos religiosos dos indus em louvor aos deuses. Faleceu, segundo seu filho Adriano, na cidade de Santo Antônio de Pádua, RJ., em 14-7-1894. Tanto esta data como do seu nascimento, vieram corrigir as citadas anteriormente por alguns autores. (J. F. Velho Sobrinho — *Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, vol. 1, p. 481; Lycurgo Santos Filho — *História da Medicina no Brasil*, São Paulo, Ed. Brasiliense Ltda., vol. 2, p. 301, 1947; Sacramento Blake — *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, vol. 2, pp. 399-400, 1893).

“Vê que êle geme n’um suplicio vivo,
“Pobre cativo de um tirano à fé!
“Põe a teus olhos seu fiel retrato,
“No rôto fato que o d’escravo é!

“Olha! quem sabe lhe serão tormentos,
“Êsses momentos em que aqui folgais;
“Chora as misérias que teu Pai lá sente,
“Chora, inocente, não sorrias mais!

“E eu sempre o mesmo, mas agora mudo,
“Procuro em tudo da esperança o céu;
“Caminho, fujo do prazer do chiste,
“Rasgando triste d’alegria o véu!

“Depois.... o mísero.... a saudade.... o pranto....
“Tudo.... em meu cantó o coração traduz!
“E eu vou prostrar-me na deserta ermida,
“Pedir sua vida pelo Deus da Cruz!

“Sou sempre o mesmo! no calor da festa,
“Súbito a testa se franzindo vai;
“E eu ouço um grito que me rouba a calma,
“Do imo d’alma suspirar: meu Pai!...

Pôrto Alegre/1867.

Acompanhou o Doutor Antunes da Luz o martirologio de seus patrícios, dando-lhes tôda a assistência médica naquela dramática occasião, na ânsia de salvá-los. Percorrem, igualmente, o itinerário do suplicio e da provação: Quartel da Ribeira, Capela de São Joaquim, Villeta, Humaitá, Vila do Pilar, Porta do Boqueirão e finalmente Passo Pocu. Apesar da deterioração de seus específicos, pela umidade dos alojamentos, procurava descobrir ervas medicinais úteis nas disenterias e noutros males que proliferavam nos infectos lugares percorridos por àqueles infelizes brasileiros (8).

Ainda seu filho Francisco, dominado pela dúvida da existência do pai, sonhava como poeta, vendo aquela presença tão ardentemente desejada e recordando a despedida que os anos iam dilatando, dizia em *A incerteza*:

“Sim! partiste, meu Pai, partiste quando
“De inexperto Ministro, cegamente
“Ias dar cumprimento ao cego mando;

(8). — LEMOS BRITO — *Guerra do Paraguai — narrativa histórica dos prisioneiros do vapor “Marquês de Olinda”*, Bahia, Lit. Tip. e Encadernação Reis & Cia., 1907. (Baseado no depoimento do prisioneiro Cláudio Pereira Arouca).

“— Soldado — obedeceste, que altamente

“Dos brios de militar sempre zeloso,

“Atendias à Pátria diligente.

“Mas ah! momento infausto em que o só gozo

“Foi êsse... e foi-me o último, um abraço

“Tão terno, paternal e tão saudoso!

“Não! último não será, não, qu'inda um traço,

“Um raio d'esperança inda me resta,

“No céu justiceiro, ultrice braço.

E finalizava,

“Que ainda orando aos céus as mãos levanto

“Na esperança do dia em que, piedoso,

“Meu Pai verei voltar em doce pranto,

“Em ternas expansões, ao lar saudoso.

1868.

A presença dêste médico militar deve ter sido a causa de maior sobrevida para uns e a esperança para outros, porém, o Doutor Antônio Antunes da Luz não resiste, também, como os seus compatriotas, aos maus tratos e privações, e escapando do fuzilamento ou de ser lanceado, vem a falecer de inanição, no dia seis de dezembro de 1867, no trágico e tenebroso acampamento de Passo Pocu (9).

Assim, desaparecia êste abnegado médico de “perfil marmóreo” na expressão de seu companheiro de infortúnio, Clião Pereira Arouca — um dos raros sobreviventes do *Marquês de Olinda* — tornando-se não só mártir e herói no sofrimento, mas glória da Pátria e da Medicina Militar Brasileira.

Dêste herói e mártir, cuja lembrança foi olvidada por tantas gerações, restam, apenas, os versos do filho enternecido que, com a notícia do falecimento do pai, anunciada pelas fôrças vitoriosas brasileiras, em 1869, externou sua dor numa longa e pesadosa poesia, intitulada *A morte*, quando escrevera:

(9). — Na relação dos mortos confeccionada pelos carrascos paraguaios e cuja publicação original é encontrada no *Diário do Exército em Operações*, do Marquês de Caxias, volume 2, p. 90, diz que o Doutor Antônio Antunes da Sued (*sic*), brasileiro, prêso, morreu de morte natural, em 6 de dezembro de 1867. Entretanto, João Coelho de Almeida — um dos sobreviventes do “Marquês de Olinda” —, em seu relatório dirigido ao Capitão de Mar-e-Guerra Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, a 26-8-1869, diz que o Doutor do exército Antônio Antunes da Cruz (*sic*) faleceu em 4 de dezembro de 1867. (Firmo J. Rodrigues — *Herói no sofrimento*. In “Revista do I. H. G. de Mato Grosso”, Tomos XXIX-XXX, pp. 157-169). Já Souza Doca, em seu trabalho *Causas da Guerra com o Paraguai*, Porto Alegre, 1919, p. 219, escreve que o Dr. Antônio Nunes (*sic*) da Luz, morreu de fome, em agosto de 1867.

“Tu morreste meu Pai, tudo acabou-se?...
Já dos férreos grilhões tuas mãos inermes
Desataram sem vida os vis sicários!
Já teus restos mortais sumiram vermes
Do sepulcro no pó!
Que me resta de ti? ah! quando houveras
De os dias duplicar para o teu filho,
Foste deixar tua cinza em tosco trilho,
Entre o bárbaro imigo e triste e só!”

Ainda,

“E eu fiquei! e eu vivo! e eu não morro!
Eu vítima infeliz, pobre criança
Não tive junto dêle um epitáfio,
Não fui também pousar, morta a esperança,
Entre as campas sem luz!
Eu que paguei da infância as horas lêdas
Em sofrer muito cedo, em cada dia,
Séculos de dor em noites de agonia,
Embebido no Cristo ao pé da Cruz!”

E finalizava,

“Repousa pois, meu Pai, eternamente
Junto às auras de Deus no templo augusto!
E, pois, que não me é dado ir diligente,
Saber onde existe
Teu último jazigo,
E piedoso e triste,
Verte em teu sepulcro um pranto amigo.
Recebe lá dos céus da imensidade
Um filial tributo de saudade”.

1869.

*

* *

III

A INVASÃO DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO.

O presidente da província de Mato Grosso, Brigadeiro Alexandre Manuel Albino de Carvalho, recebia a 10 de outubro de 1864, dois officios reservados, trazidos pelo comandante do vapor *Corumbá*: um, do ministro brasileiro em Assunção, César Sauvan Viana de Lima — futuro barão de Jaurú — e o outro do Almirante Barão de Tamandaré — Chefe da Esquadra Brasileira no Prata. Ambos se re-

portavam às ameaças feitas pelo ditador Solano López, em nota de 30 de agosto passado, contra o Império do Brasil e lembravam êstes dois ilustres brasileiros, a conveniência de encontrar-se a Província de Mato Grosso de sobreaviso contra uma possível agressão que poderia surgir da fronteira paraguaia.

Imediatamente, determina o presidente Albino de Carvalho, a partida do Comandante das Armas da província, Cel. Carlos Augusto de Oliveira, para a fronteira do Baixo Paraguai, a 13 do referido mês, levando os escassos elementos disponíveis para a defesa do sul de Mato Grosso. Era uma diminuta fôrça de 600 homens que com grande sacrifício pôde ser deslocada para a fronteira, acompanhada pelos médicos militares.

O Quartel-General do Comandante das Armas ficou instalado em Corumbá, depois do envio de reforços para a vila de Miranda e Forte de Coimbra, e de ter o Cel. Oliveira entrado em contacto com o Tenente-Coronel José Dias da Silva, comandante do Corpo de Cavalaria e da Fronteira de Miranda.

Após a captura ostensiva do navio brasileiro *Marquês de Olinda* antes da declaração de guerra, determinou o Marechal Solano López o envio de três colunas (10) e uma flotilha sob o comando geral do Coronel Vicente Barrios, seu cunhado, para invadir a província de Mato Grosso que sabia se encontrar precariamente armada. O plano se estabelecia por dois eixos de operações: uma, fluvial pelo Rio Paraguai e a outra, terrestre, passando a fronteira em Bela Vista e em Ponta Porã.

Era a concretização da suspeita do ministro do Brasil em Assunção, cuja previsão não viria surtir efeito porque era calamitoso o abandono da província brasileira, onde o efetivo de sua guarnição tornava-se irrisório para defender um território tão vasto.

A primeira coluna paraguaia parte da capital guarani, por via fluvial, a 14 de dezembro de 1864, sob o comando do Coronel Barrios e auxiliada pelo Capitão-de-fragata Pedro Inácio Meza, comandando a fôrça naval que se compunha de dez vapores e embarcações, com um total de 39 canhões, e levando a bordo, a tropa terrestre constituída de 2.500 soldados das três armas e demais serviços. A segunda e terceira colunas seguem por terra, a 29 de dezembro, partindo da Vila Concepção sob os comandos do Coronel Francisco Isidoro Resquin e Capitão Martin Urbietta, cuja tropa se compunha de

(10). — TASSO FRAGOSO, Gal. — *História da Guerra entre a Triplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1960, vol. 5, pp. 433- 458 (Apêndice — Instruções de López para a invasão de Mato Grosso). 2a. edição organizada e anotada pelo Major Francisco Ruas dos Santos.

vários regimentos de cavalaria, um batalhão de infantaria, a cavalo, e demais serviços, correspondendo a 1.450 e 365 soldados para a segunda e terceira colunas, respectivamente.

Resquin penetra no território brasileiro por Bela Vista e seu objetivo seria a colônia de Miranda atingindo Nioaque e a Vila Miranda, enquanto Urbieta passa a fronteira, em Ponta Porã, dirigindo-se à colônia de Dourados, conforme instruções firmadas pelo ditador López (11), que acrescentava que Urbieta depois de realizar a sua missão, deveria se reunir a Resquin, se éste chefe assim o determinasse.

As fôrças paraguaias eram constituídas pelos melhores batalhões, bem treinadas e aguerridas, pois o Paraguai de Solano López de há muito vinha se preparando para a guerra, fortalecendo-se sôbre a miséria e o sofrimento do seu povo.

O Corpo de Saúde das colunas de Barrios e de Resquin, se compunha cada uma, de 4 médicos e cirurgiões e de 16 “assistentes de hospital”.

No dia 26 de dezembro, a fôrça naval paraguaia sob o comando de Meza que transportava a coluna de Barrios, tem à vista o Forte de Coimbra — obstáculo principal da evolução guerreira do invasor —, que é intimado à rendição. Esta é repelida altivamente pelo valoroso Tenente-Coronel Hemenegildo de Albuquerque Porto Carrero — antigo instrutor do exército inimigo. Efetua, então, o Coronel Barrios, o desembarque nas margens do Rio Paraguai e inicia o bombardeamento e o ataque contra o Forte brasileiro, com o apóio da flotilha, durante o dia 27, sem êxito e com numerosas baixas. Após esta investida encontravam-se os bravos 115 soldados e 40 paisanos defensores do Forte, sem munição pronta, porém, as 70 mulheres abrigadas na modesta fortaleza — filhas espirituais das heroínas de Casa Forte e Tejucupapo —, passam tôda a noite refazendo o arsenal, confeccionando cartuchos de carabina com pedaços de suas próprias roupas, amolgando com os dentes os cartuchos de calibre superior às nossas armas (12), e, assim, torna-se possível a continuação da denodada resistência. No dia seguinte, prosseguia o ataque, mais intenso, quando a infantaria paraguaia chegava até os parapeitos e era repelida, permanecendo irredutível a posição brasileira.

Cessando a luta, o comandante Porto Carrero determina a saída de duas patrulhas para reconhecimento como, também,

(11). — *Idem, ibidem.*

(12). — CESÁRIO PRADO — *Passeios pelo passado.* Rio de Janeiro, — 1954, p. 64.

“a fim de recolherem todos os corpos semivivos para serem tratados com a humanidade que nos cumpre”,

conforme afirma em sua parte oficial, datada de Corumbá, em 30-12-1864 (13). Realmente, estas patrulhas, além de recolherem material bélico do inimigo, trazem 18 soldados feridos, que foram atendidos pelo médico militar, Tenente 2º Cirurgião, Doutor Benvenuto Pereira do Lago.

Necessitava um deles, uma amputação, que é praticada no braço esquerdo e outro vem a falecer após os primeiros socorros. Todos, por igual, são curados com humanidade e desvêlo, e recolhidos à enfermaria do Forte.

Diante da falta de munição, o Cel. Porto Carrero, após ouvir o conselho de oficiais, ordena a evacuação, o que se realiza na noite de 28 para 29, seguindo para Corumbá, a fim de continuar a luta. A retirada só é possível graças ao auxílio da canhoneira *Anhambai* — pequeno navio da flotilha que, sozinho, havia impedido o avanço da considerável fôrça naval invasora. Como a canhoneira viajava superlotada de soldados, mulheres e crianças, o Cel. Porto Carrero determinou o desembarque de uma parte da guarnição no local denominado Albuquerque, com instrução de prosseguir por terra e alcançar a vila de Corumbá.

Depois da épica resistência que é uma página notável da história militar brasileira, só ficaram no Forte os 17 soldados paraguaios feridos, que foram curados pelo doutor Pereira do Lago, e um operário brasileiro — torneiro de profissão, natural de Pernambuco e chamado Amaro Francisco dos Santos, que alcoolizado, não fôra visto na ocasião do embarque (14).

O tratamento dispensado ao soldado prisioneiro por iniciativa do comandante Porto Carrero, vem situá-lo no mais alto conceito de soldado e cidadão, sobretudo, porque só posteriormente surgiu a circular baixada pelo Ministro da Guerra regulando “a direção, guarda, tratamento, disciplina e emprêgo dos prisioneiros de guerra”. Essa circular publicada na “Ordem do Dia do Exército”, nº 493, de 10-1-1866, por inspiração do então Ministro da Guerra, Ângelo Moniz da Silva Ferraz — Barão com honras de grandeza, de Uruguaiana, em 9-10-1866 — reveste-se, no dizer do Brigadeiro Médico, Dr. Oriovaldo Benites de Carvalho Lima, do mais louvável descortino por destinar-se à aplicação a estrangeiros e não a conterrâneos,

(13). — SCHNEIDER, L. — *A Guerra da Tríplíce Aliança contra o Paraguai*. São Paulo, edições CVLTURA, vol. 2, pp. 260-264. (Anotado por J. M. da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco).

(14). — SILVEIRA de MELLO, Gal. R. — *História do Forte de Coimbra*, Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, 1961, vol. 4, pp. 213-214.

como foi o escopo da “Lei da boa guerra”, de autoria de Francis Lieber e aprovada por Abraão Lincoln (15). Assim, a circular de Ângelo Ferraz, veio colocar o Brasil numa posição de pioneirismo no mundo, pois, trata-se da primeira codificação sobre feridos e prisioneiros de guerra, numa luta entre nações, após a Primeira Convenção de Genebra, realizada a 22-8-1864, sem a presença e adesão do Império do Brasil, o que a torna mais significativa. Essas normas de respeito ao inimigo, tinham profundas raízes em nosso país, desde os tempos coloniais, como muito bem acentua o Gen. Dr. Waldemiro Pimentel, em seu valioso trabalho apresentado ao 1º Congresso Brasileiro de Direito Penal Militar (16), principalmente evidenciada na Restauração Pernambucana, quando, após uma luta longa e renhida, fôra respeitado, na capitulação dos holandeses, o inimigo mercenário e usurpador.

O Doutor Benvenuto Pereira do Lago era natural da cidade do Salvador, Bahia, e filho do casal Antônio Pereira do Lago e de D. Josefina Carlota do Lago. Médico pela Faculdade de sua província, após defender tese, a 12-5-1857, sob o título: *A cólera-morbus asiática é ou não contagiosa?* — Tip. de Camilo de Lellis Masson & C., Bahia, 1857. Êle a dedicou a vários colegas médicos e entre êstes se encontravam os doutores Manuel de Aragão Gesteira e Francisco Mendes de Amorim.

Ingressou o Dr. Pereira do Lago no Corpo de Saúde do Exército, pelo decreto de 9-1-1858, no posto de Tenente 2º Cirurgião e se encontrava servindo como 2º Cirurgião do Hospital Militar de Mato Grosso, quando fôra deslocado para servir no Forte de Coimbra, possivelmente em fins de outubro ou comêço de novembro de 1864, diante das notícias alarmantes chegadas ao conhecimento do presidente da província que, depois, infelizmente, se confirmaram. Ficou adido ao Corpo de Artilharia de Mato Grosso.

Êste médico militar — não menos bravo e herói da denodada resistência do Forte de Coimbra — foi aprisionado nos pantanais de São Lourenço e pelo *El Semanario* tomamos conhecimento de sua chegada em Assunção com outros brasileiros. No “Mapa do Corpo de Artilharia de Mato Grosso” assinado pelo seu comandante, o Tenente Coronel Porto Carrero, em 12 de fevereiro de 1866, Quartel

(15) . — CARVALHO LIMA, Dr. O. S. de — *Relações dos Serviços de Saúde Militares com o Direito Internacional Médico*. In “Anais do 2º Congresso Brasileiro de Medicina Militar”, 1961, vol. 1, p. 463.

(16) . — PIMENTEL, Cel. W. — *Contribuição ao Estudo dos Prisioneiros de Guerra do Brasil*. Separata do 3º volume dos Anais do Superior Tribunal Militar em 1958. Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, 1959.

em Cuiabá, figura o nome do Tenente 2º Cirurgião, Dr. Benvenuto Pereira do Lago, na relação das praças e adidos do mesmo Corpo que

“são considerados extraviados por ocasião da invasão paraguaia nesta província”

e reza a respeito dêste médico militar, a seguinte observação:

“Achava-se a bordo do vapor Anhambai quando êste foi aprisionado pelos paraguaios. Consta ter saltado para a barranca e caminhado até que exausto de fôrças se deixou ficar. Nada mais consta até a presente” (17).

Não conseguimos descobrir o fim que tivera no Paraguai, se foi fuzilado pelo inimigo, ou não resistira aos padecimentos do cativo cruel. Jamais voltou ao seio da Pátria, cuja integridade soubera honradamente defender. O doutor Pereira do Lago é mencionado na obra atribuída ao Cirurgião da Armada, Dr. Francisco Felix Pereira da Costa (18), como um dos médicos falecidos na guerra, em consequência de moléstias adquiridas em campanha.

Por Decreto nº 3492, de 8 de julho de 1865, referendado pelo Ministro da Guerra Ângelo Muniz da Silva Ferraz, o Imperador Dom Pedro II concedeu o uso de uma medalha a todos os bravos defensores do Forte de Coimbra. A medalha pendia do lado esquerdo do peito por uma fita da largura de dois dedos, com três listas iguais, preta a do centro e vermelhas as dos extremos. Apresentava no anverso, entre dois ramos de louro a legenda: *Valor e Lealdade*. No reverso, em sete linhas, os dizeres: *26, 27, 28 de Dezembro, Forte de Coimbra, 1864*.

Seguindo as instruções baixadas pelo ditador Solano Lopez que determinavam uma ação simultânea para tôdas as suas colunas em operações, Resquín penetrava, a 26 de dezembro, em Mato Grosso atravessando o Apa em Bela Vista, enquanto a coluna do Capitão Urbietta avançava no território matogrossense em Ponta Porã e se dirigia para a Colônia de Dourados, sob o comando do Tenente de Cavalaria Antônio João Ribeiro, natural daquela província. A 28 de dezembro, tendo notícias da invasão paraguaia, Antônio João, determina aos colonos que abandonem o local, pois estava resoluta a resistir até mesmo sozinho. Comunica, imediatamente, a invasão inimiga ao seu comandante Dias da Silva, por um dos seus soldados que levava, também, uma mensagem de despedida, escrita a lapis, dizen-

(17). — *Arquivo Nacional*, IG 1-242, Doc. 201.

(18). — *História da Guerra do Brasil contra as Repúblicas do Uruguai e Paraguai*, Rio de Janeiro, Liv. de A. G. Guimarães, 1871, vol. 4, p. 642.

do: *Sei que morro; mas o meu sangue e o de meus companheiros servirão de solene protesto contra a invasão do solo de minha pátria.* Em 29 de dezembro, as fôrças do Capitão Urbietta se aproximam da Colônia de Dourados e o Tenente Manuel Martínez é encarregado de levar o ataque e intima a Antônio João a render-se, mas, êste destemido oficial brasileiro responde altiva e arrogantemente que, se lhe apresentassem

“ordem do govêrno imperial, se renderia, mas sem ela não o farta de modo algum” (19).

Trava-se o combate e sucumbem aos primeiros tiros o Tenente Antônio João Ribeiro e dois de seus comandados; os demais soldados, alguns, mesmo feridos, vendo a falta do seu chefe, refugiam-se no mato do arroio, mas são aprisionados e enviados para as prisões paraguaias, onde todos morrem antes de terminada a guerra. O inimigo afirma que do combate, resultaram feridos em suas fôrças, o Tenente Benigno Díaz e um soldado.

Antônio João tombou gloriosamente cumprindo seu dever de soldado e de brasileiro, como símbolo autêntico do patriotismo. Para o General Genserico de Vasconcellos,

“êle é o exemplo vivo do Brasil grande, generoso, descuidado, mas cavaleiro andante de todos os ideais de justiça, de beleza e de heroísmo” (20).

O inimigo, cuja bravura não podemos contestar, fica atônito diante daquela cena espartana que se esculpe no bronze da História e faz respeitar os despojos do intrépido comandante brasileiro, fazendo sepultá-los condignamente, num belo gesto comovedor e dignificante.

Na Colônia de Dourados não se encontrava destacado médico militar da guarnição de Mato Grosso.

Mais adiante e ao mesmo tempo, as fôrças de Resquín entravam na Colônia de Miranda. O Tenente-Coronel José Antônio Dias da Silva, do Corpo de Cavalaria de Mato Grosso e Comandante Geral do Distrito Militar de Miranda, encontrava-se em Nioaque e tomava conhecimento da marcha das fôrças paraguaias. Determina providências e expede ordens, e a 31 de dezembro parte em direção às fôrças de Resquín, levando o efetivo, que pôde reunir, de 130 homens. No Rio Feio defronta-se com a coluna inimiga e protesta con-

(19). — BARÃO DO RIO BRANCO — *Ejemerides Brasileiras*. Ministério das Relações Exteriores, 1946, p. 621 (Parte oficial do Cap. Martín Urbietta).

(20). — VASCONCELLOS, Cap. G. — *A Guerra do Paraguai no teatro de Mato Grosso*. (Memória histórica para servir de base ao monumento aos heróis da Laguna e de Dourados). Pap. Confiança Alberto Silva, s.d., p. 33.

tra a invasão do território brasileiro. Os paraguaios iniciam o fogo com forças numéricamente superiores, o que provoca o recuo de nossos soldados, embora continuassem sempre combatendo, para o rio Desbarrancado que transpõem e em seguida é destruída a ponte sobre este rio. Avalia, então, Dias da Silva, o poderio e superioridade da coluna de Resquín em dois mil homens. A perseguição inimiga se estende a três léguas, entretanto, os brasileiros continuam a provocar baixas e a retardar o avanço dos invasores.

Retrai-se o Tenente-Coronel Dias da Silva para Nioaque e depois em direção à vila Miranda, onde se achava o casco do Batalhão de Caçadores sob o comando do Capitão Manuel Alves Pereira da Mota, cujo efetivo era constituído de 89 praças. Determina Dias da Silva a próxima evacuação da vila e a transferência dos arquivos e bagagens das forças para o lugar denominado Salôbra, juntamente com o corpo de cavalaria. Vai tentar contacto com o Comandante das Armas da província, porém, em caminho, é notificado do ataque de Coimbra e da evacuação de Corumbá. Retorna à vila Miranda e reconhece a impossibilidade de qualquer resistência ao inimigo pelos reduzidos meios de que dispunha. Determina a evacuação da vila a 4 de janeiro de 1865 e a retirada do Batalhão de Caçadores para o passo de Aquidauana, quando deveria se juntar com o Corpo de Cavalaria que se achava em Salôbra. Daquela local, o Tenente-Coronel Dias da Silva se encaminhou para Santana do Paranaíba. A 31 de janeiro de 1865, os remanescentes das forças do Distrito Militar de Miranda se encontravam acampadas em Camapuã, num total de 99 praças e aos 17 de fevereiro chegavam à fazenda Campo Alegre, a oeste de Santana do Paranaíba (21).

O pânico fez maiores estragos e desorientou as tropas, sobretudo porque não foram cumpridas as instruções do comandante Dias da Silva. Muitos tomaram direções diversas e o fizeram desordenadamente, provocando, por isso, perda de pessoal.

Assim, Resquín foi invadindo e ocupando todos os povoados matogrossenses do Distrito Militar de Miranda, embora em marcha demorada e cautelosa. Na vila Miranda houve junção das duas colunas que prosseguiram na ação destruidora. Finalmente, Coxim foi atingida e ocupada em abril de 1865, e, dêsse modo, tôda a região meridional da província de Mato Grosso ficou sob o domínio dos paraguaios.

Dos encontros e retiradas das forças brasileiras, desapareceram dois médicos militares: um, que se encontrava com o casco do Ba-

(21). — TASSO FRAGOSO, *Geol.* — *OB. cit.*, 1956, vol. 1, p. 278.

talhão de Caçadores, na vila Miranda, e o outro, no Rio Feio, com o Corpo de Cavalaria (22).

A parte oficial do Tenente-Coronel Dias da Silva, datada de 31 de janeiro de 1865, do acampamento volante de Camapuã (23) diz que o Tenente 2º Cirurgião, Dr. *Manuel João dos Reis*, que se encontrava em Salôbra com o Corpo de Cavalaria, havia deixado de se juntar com as demais fôrças e o Capitão 1º Cirurgião, Dr. Cirilo Pereira de Albuquerque, adido ao Batalhão de Caçadores, também ficará “sem razão plausível na vila de Miranda”. Êste, consegue atingir Cuiabá e continuou a prestar seus serviços profissionais durante todo o período da ocupação paraguaia.

Sabemos pela relação de prisioneiros, de 14 de junho de 1865, e assinada por um tal de Juan Gómez, que no Quartel da Ribeira, Paraguai, estiveram nesta prisão, o Capitão 1º Cirurgião, Dr. Teófilo Clemente Moreira (sic) e o Tenente 2º Cirurgião, Dr. Manuel João dos Reis (24). O periódico *El Semanario*, órgão oficial do ditador, ao divulgar os nomes dos prisioneiros, menciona o Dr. Teófilo Clemente Jobim e não Moreira como escreveu o carcereiro do Quartel da Ribeira.

O Dr. Jobim foi aprisionado no Rio Miranda e levado para o Paraguai. Quando as nossas fôrças se deslocaram para o sul da província, em outubro de 1864, êste médico militar, que se encontrava em Cuiabá, as acompanhou e parece-nos que, posteriormente, havia sido designado para servir no Distrito Militar de Miranda. Antes de atingir o destino, deu-se a invasão e foi capturado pelo inimigo.

O Dr. Teófilo Clemente Jobim nasceu em Paris, a 8 de outubro de 1828, e era filho do Professor Dr. José Martins da Cruz Jobim. Diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro — onde seu pai era diretor e lente da matéria de Medicina Legal —, aos 20 de dezembro de 1851. Ao matricular-se no primeiro ano do curso médico, em 4 de fevereiro de 1846, declarou ter 16 anos de idade. Ingressara no Serviço de Saúde do Exército, em 3 de maio de 1852, no posto de Alferes 2º Cirurgião, tendo sido promovido a Tenente 2º Cirurgião, a 2 de dezembro de 1854. Capitão 1º Cirurgião em 2 de dezembro de 1860. Tomara parte na Campanha contra Rosas e Oribe, sob o comando geral do então Tenente-General Luís Alves de Lima, Marquês e futuro Duque de Caxias — Patrono do Exército Brasileiro, Antes da invasão en-

(22). — SCHNEIDER, L. — *OB. cit.* Comunicação oficial do comandante Dias da Silva, dirigida em 5 de julho de 1865 ao Ministro da Guerra, e citada pelo Barão do Rio Branco.

(23). — *Arquivo Nacional*. Cód. 547, Guerra do Paraguai — vol. 3, pp. 198-200.

(24). — BARRETO, Gal. M. — *A Campanha Lópezguata*. Rio de Janeiro, Papelaria Brasil, 1929, vol. 3, p. XI (Apêndice documentos).

contrava-se servindo junto ao Batalhão de Caçadores, em Vila Maria, como responsável pela enfermaria militar, quando foi substituído pelo seu colega, Tenente 2º Cirurgião, Dr. José Antônio Dourado, que havia chegado a 13 de setembro de 1864, acompanhando o Cel. Carlos Augusto de Oliveira — Comandante das Armas. Essa súbita viagem de inspeção do chefe militar fôra determinada pelo presidente da província, após o falecimento do Comandante do Batalhão de Caçadores, Cel. João Nepomuceno da Silva Portela e com o fim de serem tomadas certas providências. Todos os oficiais se apresentaram, imediatamente, ao Comandante das Armas, exceto o Capitão 1º Cirurgião, Dr. Teófilo Clemente Jobim, que depois de muito procurado e já com ordem de prisão, apresentou-se à paisana, pelo que teria de responder a Conselho de Investigação. Na Vila Maria permaneceram 101 praças sob o comando do Capitão Antônio José da Costa, retornando a capital da província, o Comandante das Armas, levando uma fôrça de 54 praças, tendo seguido, também, o Capitão 1º Cirurgião, Dr. Teófilo Clemente Jobim, adido ao Estado Maior, quando todos chegaram a Cuiabá, em 29 de setembro de 1864 (25).

O Dr. Jobim é relacionado pelo historiador E. C. Jourdan, no seu quadro de *Mártires da Pátria* e dado como desaparecido na invasão de Mato Grosso (26). O Capitão 1º Cirurgião, Dr. Teófilo Clemente Jobim foi, realmente, mártir e herói da medicina militar brasileira, cujo martirologio teve fim no mês de fevereiro de 1868, vitimado pela cólera e sepultado no cemitério de Lomas, perto de Passo Pocu (27).

O Dr. Manuel João dos Reis era natural da cidade de Salvador, Bahia, e filho do Dr. Fernando Maria dos Reis e de D. Guilhermina Maria Fróes dos Reis. Doutor em medicina pela faculdade de sua província natal, quando em 27 de novembro de 1857, apresentou e sustentou tese, intitulada: *Da convalescença*. Tip. de Carlos Poggetti, rua do Corpo Santo nº 47, Bahia, 1857. Após sua formatura empreendeu viagem à Europa, com o fim de aperfeiçoar os seus conheci-

(25). — Arquivo Nacional — Cód. 547, Guerra do Paraguai, vol. I, pp. 88, 89, 95, 96 e 102 e vol. II, p. 130.

(26). — JOURDAN, E. C. — *História das Campanhas do Uruguai, Mato Grosso e Paraguai*. (Mato Grosso). Vol. 2 — 1864-1865. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1893, p. 108.

(27). — O "*Diário do Exército em Operações*" do Marechal Marquês de Caxias, do dia 15 de julho de 1868, diz: "Um dos últimos prisioneiros do inimigo declarou, que dias antes de retirar-se López das suas posições abandonadas, tinham falecido, vítimas da cólera morbo, o coronel Frederico Carneiro de Campos e o Dr. Jobim, cujos cadáveres haviam sido por êle sepultados no cemitério de Lomas (perto de Passo Pocu), indo ali mostrar, as respectivas sepulturas, que foram por S. Excia. mandadas assinalar". Segundo Thompson e os prisioneiros do Marquês de Olinda, o Cel. Frederico de Campos faleceu a 3 de novembro de 1867.

mentos profissionais. Assentou praça no posto de Tenente 2º Cirurgião do Exército, a 2 de abril de 1862.

Este médico militar sofreu os horrores do cativo, como os demais colegas, privações e torturas, humilhações de toda espécie, cujos padecimentos terminam no mês de janeiro de 1868, quando foi fuzilado pelos carrascos paraguaios, no acampamento de Cêro-Léon, com outros prisioneiros brasileiros (28).

Eles foram legítimos heróis e mártires, porém, tão esquecidos por tantas gerações de brasileiros.

*

* * *

IV

A RETIRADA DE CORUMBÁ.

Os bravos e heróicos defensores do Forte de Coimbra desembarcam em Corumbá e encontram a vila dominada pelo terror, desde que ali chegara o vaporzinho da flotilha, *Jauru*, levando a notícia do ataque inimigo àquela praça de guerra.

O Comandante das Armas da província, Coronel Carlos Augusto de Oliveira, determina o embarque de todo o contingente nos vapores da flotilha e a partida para Cuiabá, apesar da opinião contrária manifestada pelo chefe da flotilha brasileira — Capitão-Tenente Francisco Cândido de Castro Menezes — e pelo comandante do 2º Batalhão de Artilharia a pé — Coronel Carlos de Moraes Camisão —, que desejavam resistir ao invasor. Essa resolução fez aumentar o pânico já instalado há dias, principalmente junto ao elemento civil da povoação.

Em relatório oficial encaminhado ao presidente da província, dizia o Cel. Carlos Augusto de Oliveira que, após receber a comunicação do ataque inimigo ao Forte de Coimbra, entrara em entendimentos com o chefe da flotilha, enviando, então, um reforço de dois oficiais e cinquenta praças pelos vapores *Jauru* e *Corumbá*. E acrescentava, que deixara de seguir com este contingente, porque os médicos que o assistiam, Tenentes 2ºs. Cirurgiões, Doutores Dormevil

(28). — Diz José Mesquita acêrca do Dr. Manoel João dos Reis, que "em 1870 procedeu-se, no juízo eclesiástico de Cuiabá, a uma justificação para prova do seu óbito, na qual se afirmou haverem sido êle e mais companheiros mortos na ponta Caraguati" (*Gente e cousas de antanho — Mato Grosso na Guerra do Paraguai*. In "Revista do IHG. de Mato Grosso", Tomos LV a LVIII, p. 8). Os outros brasileiros fuzilados na mesma ocasião, foram o 1º Piloto José Israel Alves Guimarães — comandante interino da Anhambal e o 1º Tenente de Artilharia, José Maria de Oliveira Barbosa. (Firmo J. Rodrigues — *Herói no sofrimento*. In "Revista do IHG de Mato Grosso", Tomos XXIX a XXX, p. 169).

José dos Santos Malhado e José Antônio Dourado, o impediram de assim proceder, diante do seu grave estado de saúde. Narrava, ainda, que o doutor Dourado estava disposto, caso fôsse desatendido, protestar até mesmo perante a guarnição (29).

O Tenente 2º Cirurgião, Doutor Dormevil José dos Santos Malhado, que se achava com as fôrças no Quartel do Comandante das Armas, instalado em Corumbá, era natural da cidade do Salvador, Bahia, nascido a 4-5-1837, e filho do Tenente Antônio José dos Santos Malhado e de D. Joaquina Rosa dos Santos Malhado. Doutor em medicina pela Faculdade da Bahia, quando defendeu tese, intitulada: *Hemorragia uterina durante o trabalho do parto e seu tratamento*. — Tip. Constitucional de Antônio Olavo da França Guerra, R. do Tira-Chapéu, n. 3, Bahia, 1863. Ingressara no Corpo de Saúde do Exército, no ano seguinte, pelo Decreto de 20 de fevereiro. Na retirada de Corumbá, fôra designado pelo Comandante das Armas da província, como encarregado do hospital ambulante (30).

O Doutor José Antônio Dourado havia ingressado no Corpo de Saúde, pelo decreto de 20-4-1864, no posto de Tenente 2º Cirurgião, quando fôra designado para servir na província de Mato Grosso. Era doutor em medicina pela Faculdade da Bahia, em 1848. Natural da cidade do Salvador, Bahia, nascido aos 19 de março de 1824, filho de João Antônio Dourado e de D. Romana Maria dos Anjos.

Com a precipitação do embarque da guarnição para Cuiabá, a população desesperada utiliza qualquer transporte a fim de acompanhar as fôrças. Todos estão dominados pela desolação e pela tristeza. Muitos não conseguem viajar pelos naviozinhos da flotilha já superlotados de soldados, mulheres, crianças. O povo toma de assalto as embarcações particulares e de todo tipo, e da escuna argentina *Jacobina*, de propriedade de um italiano, partem vozes aflitas suplicando a presença do Tenente João de Oliveira Melo — um dos heróis do Forte de Coimbra —, para organizar a retirada de paisanos e militares que se encontravam a bordo do precário navio. Este bravo e destemido oficial do Exército Brasileiro, atende ao apêlo dos seus compatriotas, os conduz pelos pantanais, após abandonar a escuna diante da proximidade do inimigo. A travessia dura quatro meses, num percurso de 650 quilômetros, vencendo pântanos, desorientando o invasor, navegando por rios caudalosos, palmilhando lugares jamais transitados e sem guia, porém, possuía aquêlo oficial do Exército de Caxias, um coração resoluto de salvar aquêles brasileiros que confiaram na sua coragem e predestinação. A 30 de abril

(29). — *Evacuação de Corumbá* (Relatório do Cel. Carlos A. de Oliveira). "Revista do IHG de Mato Grosso", Ano VIII, T. XV, 1926, pp. 197-215.

(30). — *Idem, ibidem*.

chegava a Cuiabá, onde o povo em delírio recebia seus 479 patrícios e entes queridos, carregando em triunfo o seu herói autêntico: Tenente Melo. Este feito jamais foi igualado como exemplo de solidariedade humana, ficando gravada, eternamente, uma das mais belas páginas de despreendimento, bravura pessoal, resistência física e autoridade moral.

A 3 de janeiro de 1865, entram os paraguaios em Corumbá, já abandonada e continuam subindo o Rio Paraguai.

O vapor *Anhambai*, depois de desembarcar, a 5 de janeiro de 1865, o Cel. Oliveira e os demais passageiros no porto do Sará, na margem direita do São Lourenço, retorna águas abaixo para auxiliar as demais embarcações, de pequeno porte, que navegavam vagarosamente porque iam superlotadas de passageiros.

Na foz do Rio São Lourenço, a 6 de janeiro, isto é, no dia seguinte, é a *Anhambai* avistada por dois navios de guerra paraguaios, *Iporá* e *Rio Apa*, que subiam o rio em perseguição aos brasileiros. A canhoneira brasileira imediatamente atacada pelo inimigo, faz vivo fogo sobre o *Iporá* que havia tomado a dianteira, porém, pela superioridade do invasor, segue o naviozinho brasileiro em retirada que se estendeu por seis léguas. A *Anhambai* se encontrava armada com um canhão de 32 que no décimo-terceiro tiro desmontou-se, conforme acentua em sua parte, o Capitão-Tenente Castro Menezes. Em uma das voltas mais estreitas do rio, às 2 horas e 30 minutos da tarde do citado dia, foi a *Anhambai*, por infelicidade, sobre à barranca, perto do morro do Caracará, quando é abordada pelo *Iporá* que mais de perto a seguia. Após uma resistência impossível, alguns Imperiais Marinheiros e Oficiais saltam em terra e salvam-se; outros, entretanto, permanecem no navio lutando contra o invasor. Em seu posto de honra, lutando bravamente, encontrava-se o Segundo Tenente Segundo Cirurgião da Armada, Doutor José Cândido de Freitas e Albuquerque. A êste médico militar os selvagens paraguaios, depois de o matarem, degolam-no, cortam-lhe as orelhas para enfiá-las em um cordel e levá-las suspensas no mastro grande do *Iporá* para Assunção, como troféu horripilante (31).

Morreu, assim, o Segundo Cirurgião Doutor Freitas e Albuquerque, como autêntico herói da Imperial Armada e da Medicina Naval Brasileira, e primeiro médico, mártir da Guerra do Paraguai.

O Dr. Freitas e Albuquerque nasceu em Salvador, Bahia, no ano de 1835, filho do magistrado e conselheiro Dr. Francisco Maria de Freitas e Albuquerque e de D. Constança Clara de Freitas e Al-

(31). — SCHNEIDER, L. — *Ob. Cit.*, vol. 1, p. 188.

buquerque. Doutor em medicina pela Faculdade da Bahia, em 26-11-1857, após defender tese, intitulada: *Existe uma base certa para o diagnóstico das afecções orgânicas do coração em geral?* — Tip. Carlos Poggetti, rua do Corpo Santo nº 47, Bahia, 1857. Ingressou no ano seguinte no Serviço de Saúde da Marinha, a 5-6-1858, na graduação de Segundo Cirurgião. Serviu no extremo norte do país, província do Grão-Pará, e por punição é removido para a flotilha de Mato Grosso, por designação do Cirurgião-Mor da Armada, em 10 de fevereiro de 1864, quando foi ao encontro de sua gloriosa morte (32).

*

* *

O presidente da província de Mato Grosso, Brigadeiro Alexandre Manuel Albino de Carvalho, diante da rápida evolução dos acontecimentos, toma as providências que o momento exigia, chamando às armas, a 9 de janeiro de 1865, os 1.º, 2.º e 3.º Batalhões da Guarda Nacional e cria, sob a denominação de Voluntários Cuiabanos, um batalhão de quatro companhias. Organiza uma expedição sob o comando do Tenente-Coronel Porto Carrero que, a 14 de janeiro, partia para fortalecer e guarnecer as colinas do Melgaço, posição considerada estratégica — à margem esquerda do Rio Cuiabá e a 20 léguas à jusante da capital da província — formando uma linha de resistência para impedir o avanço do inimigo, por via fluvial, contra a sede do governo. Porém, as forças dominadas pelo pânico, após um alarme falso, abandonam a posição, depois de dois dias de permanência e voltam para Cuiabá. O Almirante Augusto Leverger — Chefe de Esquadra reformado — apesar de alquebrado pelas lutas e pela idade, cientificado dêsse inesperado regresso e sentindo a inquietação provocada no espírito do povo, apresenta-se ao general-presidente da província, oferecendo sua valiosa colaboração, que é aceita incontinenti, sendo nomeado, a 20 de janeiro de 1865, Comandante Superior de toda a Guarda Nacional da província, bem como das forças fluviais e terrestres incumbidas de ocupar e defender o ponto do Melgaço. Este precioso gaulês e valente marinheiro brasileiro, apenas com sua presença, domina e eleva o moral da tropa e consegue, finalmente, estabelecer, em Melgaço, com as mesmas forças que antes haviam se retirado, um baluarte contra a malta invasora. Preparadas as fortificações e assentadas as baterias, dominavam no

(32) . — CASTRO SOUZA, L. de — *O Cirurgião da Armada, Dr. Freitas e Albuquerque, herói e mártir da Guerra do Paraguai* — Separata da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", vol. 258 — Janeiro-Março — 1963, Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1963.

acampamento a ordem e a disciplina, entre os 1200 combatentes da Guarda Nacional e do Exército, bem como nos pequenos vapores da flotilha, *Guiabá, Corumbá e Jauru*. Tôdas essas fôrças permaneceram em Melgaço até fins do mês de março, quando ficara constatada a impossibilidade de uma ação guerreira dos paraguaios.

O Almirante Augusto Leverger — Barão com grandeza de Melgaço, em 7-7-1865 — contou desde o início da expedição, com a presença dos médicos militares que colaboraram na melhoria das condições sanitárias, que estiveram, em determinado momento, ameaçadoras, provocando preocupações ao comandante-em-chefe das fôrças. Foram êles: o Segundo Tenente Segundo Cirurgião do Corpo de Saúde da Armada, Dr. Augusto Novis e o Tenente 2º Cirurgião reformado do Exército, Dr. João Adolfo Josetti — médico contratado. A botica estêve entregue ao Alferes Farmacêutico, Reginaldo José de Miranda.

Apesar do pânico que a invasão provocou, o patriotismo do povo cuiabano não se fêz por esperar e todos os homens válidos vêm engrossar as fileiras do exército provisório para defender o solo pátrio.

Os paraguaios procuram se aproximar de Cuiabá por via terrestre e chegam até Coxim, em 25 de abril de 1865, saqueando, matando, destruindo e aprisionando a indefesa população matogrossense. O presidente Albino de Carvalho que só contava com os recursos locais e êsses bem precários, é cientificado, em 10 de maio, da presença dos paraguaios naquele distrito e receando um ataque à capital da província, organiza uma Divisão de Operações de dois mil homens e composta de duas brigadas: uma, formada pela Guarda Nacional e a outra de tôda a fôrça de linha da Província. Estabelece um ponto de resistência, em Aricá, cinco léguas ao sul de Cuiabá, entregando o comando geral ao Coronel Carlos de Moraes Camisão. Para Chefe do Serviço de Saúde da Divisão, o presidente da província de Mato Grosso designa o Tenente-Coronel Cirurgião-Mor de Divisão, Dr. José Antônio Murtinho, arbitrando a gratificação mensal em trezentos mil réis cuja aprovação para esta despesa solicita ao governo imperial. Nesse acampamento de Aricá, o Dr. Murtinho recebeu a colaboração do Dr. João Adolfo Josetti e do Dr. Augusto Novis.

O Comandante das Armas, ao dissolver a respectiva Divisão, a 16 de agosto, ressaltou o Segundo Cirurgião Dr. Novis, em "Ordem do Dia",

"agradecido pelo zêlo, prontidão, pontualidade e humanidade com que soube exercer as funções do seu ministério" (33).

(33). — CORREA, V., Fº. — *Bahianos em Mato Grosso* — In "Revista do IHGB", vol. 200, Julho. Setembro, 1948 — Rio de Janeiro, 1950, p. 88.

E o próprio presidente da província, adiante, em referência ao Dr. Novis, atestaria

“que foi o suplicante o primeiro oficial de saúde que empreguei nos pontos militares de Melgaço e Aricá; que o comportamento oficial e humanitário do suplicante tanto em um como em outro ponto foi excelente, e finalmente que, pelas ponderosas razões que ficam exaradas, fiz e faço o melhor conceito possível e o tenho em conta de um digno oficial de saúde da Armada, e assim o declaro. Cuiabá, 19 de setembro de 1865 — *Alexandre Manoel Albino de Carvalho*” (34).

Com a ocupação de Coxim pelos invasores, ficaram cortadas por algum tempo, as comunicações através o correio, entre Cuiabá e a Capital do Império.

O presidente Albino de Carvalho mandava, em julho de 1865, o Batalhão de Artilharia de Mato Grosso, se juntar às fôrças de Goiás, constituída do 20º Batalhão de Caçadores e da 8a. Companhia de Voluntários goianos, que desde o dia 17 de julho, haviam chegado a Coxim, sob o comando do Tenente-Coronel Joaquim Mendes Guimarães. Esse contingente tinha partido da cidade de Goiás, em 15 de maio de 1865. Posteriormente, acampava no ponto de sempre, um Esquadrão de Cavalaria, também da província de Goiás, sob o comando do Major Eliseu Xavier Leal. Os soldados goianos permanecem em Coxim, durante 17 longos meses, à espera das fôrças que vinham de Minas Gerais e de São Paulo, formando a denominada “Coluna Expedicionária de Mato Grosso”.

(*Continua*).

(34). — *Idem*, *ibidem*, p. 89.